

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**



**Relatório de Atividades 2013**

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**ZÉLIA SARAIVA LIMA**

Presidente

**ROSÂNGELA DE FÁTIMA LOUREIRO MENDES**

Corregedora-Geral

**Conselheiros:**

HOSAÍAS MATOS DE OLIVEIRA

RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO

ARISTIDES SILVA PINHEIRO

LUÍS FRANCISCO RIBEIRO

**Conselheiros Suplentes:**

ALÍPIO DE SANTANA RIBEIRO

FERNANDO MELO FERRO GOMES

**SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Débora Maria Freitas Said**

**Promotora de Justiça**

Laura Donarya Alves de Sá Nascimento

Técnica Ministerial

João Victor Rolim Saraiva

Técnico Ministerial

Conselho Superior do Ministério Público do Piauí

Rua Álvaro Mendes, nº 2294 – Centro

Teresina - PI

CEP 64.001-350

<http://www.mp.pi.gov.br/conselho/>

[conselhosuperior@mp.pi.gov.br](mailto:conselhosuperior@mp.pi.gov.br)

# ÍNDICE

## INTRODUÇÃO

### I – O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

#### 1. Organização Interna e Funcionamento

##### 1.1 Plenário

##### 1.1.1. Sessões do Plenário, Processos Distribuídos e Processos Julgados.

##### 1.1.2. Principais decisões do Plenário

##### 1.1.3. Registros

##### 1.1.4. Concessão de Licenças

##### 1.2 Editais publicados

1.3 Promoções

1.4 Remoções

1.5 Processos Administrativos Disciplinares

## **INTRODUÇÃO**

No decorrer do ano de 2013, foram realizados diversos avanços importantes em relação à organização interna e funcionamento do Conselho Superior.

O presente relatório anual é desenvolvido a partir de disposição institucional e organizacional do Conselho Superior e versa sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos no ano de 2013.

### **I – O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**

#### **1. Organização Interna e Funcionamento.**

Conforme o teor do Regimento Interno, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí é órgão da Administração Superior e de execução do Ministério Público.

Rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, Atos regulamentares do Conselho Nacional do Ministério Público e normas específicas do seu Regimento Interno.

O Conselho Superior tem sede na Procuradoria-Geral de Justiça, 4º andar, sendo que as sessões são realizadas no Plenário “Manoel da Costa Nunes”, localizado no mesmo andar. Ressalte-se que, no segundo semestre de 2013, a Secretaria do Conselho Superior, que anteriormente funcionava na mesma sala onde funciona a Secretaria-Geral, com o apoio e esforço pessoais da Procuradora-Geral, passou a ter sala e estrutura próprias, ocupando a sala onde funcionava a Controladoria Interna, o que contribuiu muito para uma melhor organização do setor e um melhor atendimento aos membros e aos próprios Conselheiros. Hoje, a Secretaria do Conselho Superior permanece apenas interligada à Secretaria-Geral, como forma de facilitar os trabalhos da Secretária do Colegiado, que é também Secretária-Geral.

A partir da disposição organizacional acima mencionada, serão relatadas as atividades do Conselho no ano de 2013.

### 1.1 Plenário

O Plenário do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí é composto por 6 (seis) Conselheiros, sendo 2 (dois) membros natos, que são a Procuradora-Geral de Justiça, que o preside, e a Corregedora-Geral do Ministério Público e 4 (quatro) Procuradores de Justiça. Dentre as competências do Conselho Superior, podem ser destacadas as seguintes: fiscalizar e superintender a atuação dos membros da instituição e dos seus órgãos e velar por seus princípios institucionais; elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, “caput” e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal; indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento; indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção por antiguidade; aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito.

É nesse sentido que o Plenário do Conselho Superior tem se pautado.

### 1.1.1 Sessões do Plenário

As sessões do Plenário podem ser ordinárias, extraordinárias ou secretas.

Em 2013, foram realizadas **35 sessões**, todas ordinárias, conforme quadro abaixo:

<b>REUNIÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>PROCESSOS DISTRIBUÍDOS</b>	<b>PROCESSOS JULGADOS</b>	<b>PUBLICAÇÕES</b>
1086 <sup>a</sup>	16-01-2013	26	8 homologações de arquivamento	PAUTA – DJ 7.193 ATA – DJ 7.202
1087 <sup>a</sup>	23-01-2013	10	7 de Movimentação na Carreira Ministerial 22 homologações de arquivamento	PAUTA – DJ 7.199 ATA – DJ 7.206
1088 <sup>a</sup>	30-01-2013	3	7 homologações de arquivamento 1 processo administrativo (recolocação na lista de antiguidade)	PAUTA – DJ 7.204 ATA – DJ 7.216
1089 <sup>a</sup>	18-02-2013	24	3 processos administrativos (residência fora da comarca)	PAUTA – DJ 7.214 ATA – DJ 7.221
1090 <sup>a</sup>	25-02-2013	15	1 processo administrativo disciplinar 2 convertidos em diligência 17 homologações de	PAUTA – DJ 7.219 ATA – DJ 7.231

<b>REUNIÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>PROCESSOS DISTRIBUÍDOS</b>	<b>PROCESSOS JULGADOS arquivamento</b>	<b>PUBLICAÇÕES</b>
1091 <sup>a</sup>	08-03-2013	41 1 – sorteio relator e revisor de PAD	15 homologações de arquivamento 5 convertidos em diligência 1 processo administrativo	PAUTA - DJ 7.228 ATA - DJ7.239
1092 <sup>a</sup>	20-03-2013	12	26 homologações de arquivamento 1 convertido em diligência 1 não conhecido 1 devolvido à Secretaria para notificação de interessado	PAUTA – DJ 7.236 ATA – DJ 7.244
1093 <sup>a</sup>	27-03-2013	16	11 de Movimentação na Carreira Ministerial	PAUTA - DJ 7.241 ATA – DJ 7.279
1094 <sup>a</sup>	05-04-2013	12 1 – sorteio relator e revisor de PAD	21 homologações de arquivamento 3 convertidos em diligência	PAUTA - DJ 7.246 ATA - DJ 7.256
1095 <sup>a</sup>	17-04-2013	13	11 homologações de arquivamento 1 convertido em diligência 1 devolução dos autos à SGMP p/ providências	PAUTA - DJ 7.254 ATA - DJ 7.263
1096 <sup>a</sup>	25-04-2013	8	1 processo administrativo disciplinar	PAUTA - DJ 7.259 ATA - DJ 7.271



<b>REUNIÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>PROCESSOS DISTRIBUÍDOS</b>	<b>PROCESSOS JULGADOS</b> 15 homologações de arquivamento 1 convertido em diligência	<b>PUBLICAÇÕES</b>
1097 <sup>a</sup>	08-05-2013	11	12 homologações de arquivamento 1 processo administrativo (recolocação na lista de antiguidade)	PAUTA - DJ 7.267 ATA - DJ 7.275
1098 <sup>a</sup>	15-05-2013	12	6 processos de movimentação na carreira ministerial 4 homologações de arquivamento	PAUTA – DJ 7.273 ATA – DJ 7.285
1099 <sup>a</sup>	29-05-2013	8	9 homologações de arquivamento 1 arquivamento de processo administrativo (pedido de revogação de decisão do CSMP)	PAUTA - DJ 7.283 ATA - DJ 7289
1100 <sup>a</sup>	05-06-2013	5	12 homologações de arquivamento 2 encaminhamentos de processos à PGJ 2 processos administrativos (residência fora da comarca)	PAUTA - DJ 7.287 ATA - DJ7.294
1101 <sup>a</sup>	12-06-2013	3	1 PAD 2 homologações de	PAUTA - DJ 7.292 ATA - DJ7.304

<b>REUNIÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>PROCESSOS DISTRIBUÍDOS</b>	<b>PROCESSOS JULGADOS</b> arquivamento	<b>PUBLICAÇÕES</b>
1102ª	26-06-2013	22	3 homologações de arquivamento	PAUTA - DJ 7.302 ATA - DJ7.314
1103ª	10-07-2013	15	13 processos de movimentação na carreira 4 homologações de arquivamento 2 promoções de arquivamento não conhecidas, por não serem competência do CSMP 2 convertidos em diligência	PAUTA - DJ 7.312 ATA – DJ 7.324
1104ª	24-07-2013	20	1 processo de movimentação na carreira ministerial 13 homologações de arquivamento 1 processo encaminhado a Presidente do CPJ	PAUTA - DJ 7.322 ATA - DJ 7.336
1105ª	09-08-2013	10	25 homologações de arquivamento	PAUTA - DJ 7.334 ATA - DJ 7.345
1106ª	23-08-2013	9 1 – sorteio relator e revisor de PAD	1 PAD 2 processos de movimentação na carreira ministerial 6 homologações de arquivamento	PAUTA - DJ 7.342 ATA - DJ 7.348

<b>REUNIÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>PROCESSOS DISTRIBUÍDOS</b>	<b>PROCESSOS JULGADOS</b>	<b>PUBLICAÇÕES</b>
1107 <sup>a</sup>	28-08-2013	20	6 homologações de arquivamento 1 processo de movimentação na carreira ministerial (permuta)	PAUTA - DJ 7.346 ATA - DJ 7.354
1108 <sup>a</sup>	04-09-2013	11	20 homologações de arquivamento 1 não conhecido 1 processo administrativo (diárias)	PAUTA - DJ 7.351 ATA - DJ 7.358
1109 <sup>a</sup>	11-09-2013	-	12 homologações de arquivamento	PAUTA - DJ 7.356 ATA - DJ 7.363
1110 <sup>a</sup>	18-09-2013	10	-	PAUTA - DJ 7.361 ATA - DJ 7.373
1111 <sup>a</sup>	02-10-2013	29	6 homologações de arquivamento	PAUTA - DJ 7.373 (Retificada) ATA - DJ 7.379
1112 <sup>a</sup>	09-10-2013	36	12 homologações de arquivamento	PAUTA - DJ 7.376 ATA - DJ 7.384
1113 <sup>a</sup>	16-10-2013	20	8 processos de movimentação na carreira ministerial 32 homologações de arquivamento 1 convertido em diligência	PAUTA - DJ 7.381 ATA - DJ 7.388
1114 <sup>a</sup>	23-10-2013	9	23 homologações de	PAUTA - DJ 7.387

<b>REUNIÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>PROCESSOS DISTRIBUÍDOS</b>	<b>PROCESSOS JULGADOS</b>	<b>PUBLICAÇÕES</b>
			arquivamento	ATA – DJ 7.396
1115 <sup>a</sup>	06-11-2013	13	2 homologações de arquivamento 1 processo administrativo (não conhecimento de recurso)	PAUTA – DJ 7.396 ATA – DJ 7.405
1116 <sup>a</sup>	20-11-2013	24	25 homologações de arquivamento 1 convertido em diligência	PAUTA – DJ 7.404 ATA – DJ 7.410
1117 <sup>a</sup>	27-11-2013	7	22 homologações de arquivamento 1 processo administrativo (diárias) 1 convertido em diligência	PAUTA – DJ 7.408 ATA – DJ 7.415
1118 <sup>a</sup>	04-12-2013	1	6 homologações de arquivamento 1 processo administrativo (licença)	PAUTA – DJ 7.416 ATA – DJ 7.420
1119 <sup>a</sup>	11-12-2013	22	8 homologações de arquivamento	PAUTA – DJ 7.418 ATA – DJ 7.426
1120 <sup>a</sup>	18-12-2013	0	1 PAD 17 homologações de arquivamento 1 convertido em diligência 1 Processo Administrativo (Reconsideração de pagamento de diárias)	PAUTA – DJ 7.423 ATA – DJ

Ao longo do ano de 2013, foram distribuídos 499 processos e julgados 517 processos, dentre processos administrativos, processos administrativos disciplinares, processos de movimentação na carreira e promoções de arquivamento de inquéritos civis e procedimentos administrativos.

### 1.1.2 Principais decisões do Plenário

- Aprovação das seguintes Resoluções:

Resolução nº 011/2013, de 23/01/2013 ----- Estabelece o procedimento para indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí a que se refere o artigo 2º, da Lei Federal nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, para fins do inciso III do artigo 130-A, da Constituição da República, e dá outras providências.

Resolução nº 012/2013, de 21/03/2013 ----- Estabelece o procedimento para indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí para fins do inciso XI do artigo 103-B, da Constituição da República.

Resolução nº 013/2013, de 14/05/2013 ----- Revoga a Resolução nº 06/2011 – CSMP/PI e confere nova regulamentação ao pagamento de diárias e ajuda de custo aos membros do Ministério Público do Estado do Piauí.

Resolução nº 014/2013, de 23/08/2013 ----- Estabelece interstício para a remoção de membros e dá outras providências.

- APROVAÇÃO DA ESCALA DE SUBSTITUIÇÃO AUTOMÁTICA DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 86 DA LCE Nº 12/1993, com retificações, na 1086ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de janeiro de 2013.

- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, julgou procedente o pedido de recolocação na lista de antiguidade, na entrância final, do Promotor de Justiça João Batista de Castro Filho, nos termos do voto do Relator, na 1088ª Sessão Ordinária, realizada no dia 30 de janeiro de 2013.
- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou o requerimento de inscrição do Procurador de Justiça Dr. José Ribamar da Costa Assunção, para indicação à vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no C.N.M.P., determinando que seja comunicada a decisão ao Presidente do C.N.M.P., na 1089ª Sessão Ordinária, realizada no dia 18 de fevereiro de 2013.
- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, julgou procedente o pedido de recolocação na lista de antiguidade, na entrância final, da Promotora de Justiça Ana Cecília Rosário Ribeiro, nos termos do voto do Relator, na 1097ª Sessão Ordinária, realizada no dia 08 de maio de 2013.
- Homologação do resultado final do concurso público para membros do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme art. 23, inciso XI, da LC nº 12/93, na 1098ª Sessão Ordinária, realizada no dia 15 de maio de 2013.
- Aprovação de pedido de readequação do Ato PGJ nº 354/2013, que estabelece a escala de substituição automática das Procuradorias de Justiça, formulado pela Coordenação do Núcleo das Procuradorias de Justiça Cíveis, conforme art. 86, §1º, da Lei Complementar nº 160/2010, na 1098ª Sessão Ordinária, realizada no dia 15 de maio de 2013.
- Prorrogação da validade, por mais um ano, do processo seletivo de estagiários para o Ministério Público do Estado do Piauí, na 1098ª Sessão Ordinária, realizada no dia 15 de maio de 2013.
- Aprovação do Ato da Procuradora-Geral de Justiça que regulamenta a ESCALA DE SUBSTITUIÇÃO DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA nas sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, nos casos de vacância, afastamento, impedimento ou suspeição do titular, e dá outras providências, NOS TERMOS DO ART. 86 DA LCE Nº 12/1993, na 1107ª Sessão Ordinária, realizada no dia 28 de agosto de 2013.
- Indeferimento do pedido de revisão da Resolução CSMP nº 01/2008, formulado pela Associação Piauiense do Ministério Público, na 1108ª Sessão Ordinária, realizada no dia 04 de setembro de 2013.
- APROVAÇÃO DA ESCALA ANUAL DE FÉRIAS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ, EXERCÍCIO 2014, CONFORME ART. 99 DA LC 12/1993, na sessão de 04 de dezembro de 2013.

- APROVAÇÃO DO QUADRO GERAL DE ANTIGUIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ, EXERCÍCIO 2013, CONFORME ART. 23, IV, DA LC 12/1993, na sessão de 18 de dezembro de 2013.

### 1.1.3 Registros

- *Moção de Louvor* aos Promotores de Justiça Renata Márcia, Raquel do Socorro Macêdo, Sinobilino Pinheiro, Danilo Carlos, Carlos Washington, Nielsen Silva, Maurício Gomes e Luciano Lopes, pela participação no esforço concentrado realizado na 48ª Promotoria de Justiça de Teresina, apresentada pela Corregedora-Geral e aprovada, à unanimidade, na 1089ª Sessão Ordinária, realizada no dia 18 de fevereiro de 2013.
- *Moção de Louvor* aos Promotores de Justiça Rodrigo Roppi, Edsel de Oliveira, Marlete Maria, Márcia Aída, Maria do Amparo, pela participação no esforço concentrado realizado na 1ª Promotoria de Justiça de Oeiras, apresentada pela Corregedora-Geral Substituta e aprovada, à unanimidade, na 1091ª Sessão Ordinária, realizada no dia 08 de março de 2013.
- *Moção de Elogio* ao Promotor de Justiça Guido de Freitas Bezerra, recém-aprovado para o concurso da magistratura cearense, apresentada pela Corregedora-Geral e aprovada, à unanimidade, na 1103ª Sessão Ordinária, realizada no dia 10 de julho de 2013.
- *Voto de Pesar* pelo falecimento da Sra. Leonísia Lima de Queiroz, mãe da Excelentíssima Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Zélia Saraiva Lima, proposto pela Conselheira Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando e aprovado, à unanimidade, na 1109ª Sessão Ordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2013.
- *Moção de Elogio* aos Promotores de Justiça João Paulo Santiago Sales e João Malato Neto, pela atuação no Tribunal do Júri que condenou Correia Lima, proposta pelo Conselheiro Hosaías Matos de Oliveira e aprovada, à unanimidade, na 1111ª Sessão Ordinária, realizada no dia 02 de outubro de 2013.
- *Moção de Elogio* aos Promotores de Justiça Sérgio Reis Coelho, Régis de Moraes Marinho, Elói Pereira de Sousa Júnior e Gilvânia Alves Viana, por terem atingido a meta de cumprimento da Resolução 56/2010, cumprindo mensalmente a atividade e elaborando o relatório anual no mês de março.
- *Moção de Elogio* à Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos e ao Promotor de Justiça Écio Oto Ramos Duarte, por terem conquistado o título de Doutorado no ano de 2013.

- *Moção de Elogio* ao Conselheiro Hosaías Matos de Oliveira, pelo brilhante trabalho realizado no Conselho Superior.

#### 1.1.4 Concessão de Licenças

- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a concessão de licença para tratamento de saúde ao Promotor de Justiça Walter Henrique Siqueira Sousa, por sessenta dias, na 1090ª Sessão Ordinária, realizada no dia 25 de fevereiro de 2013.

- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a concessão de licença para tratamento de saúde à Promotora de Justiça Maria Carmen Cavalcanti de Almeida, por noventa dias, na 1090ª Sessão Ordinária, realizada no dia 25 de fevereiro de 2013.

- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a concessão de licença para tratamento de saúde à Promotora de Justiça Renata Márcia Rodrigues Silva, por mais cinco dias, na 1113ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de outubro de 2013.

- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a concessão de licença para tratamento de saúde ao Promotor de Justiça Edimar Piauilino Batista, por cento e oitenta dias, na 1113ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de outubro de 2013.

- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a concessão de licença para tratamento de saúde ao Promotor de Justiça Edimar Piauilino Batista, por mais cento e oitenta dias, na 1113ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de outubro de 2013.

- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a concessão de licença para tratamento de saúde ao Promotor de Justiça Rafael Maia Nogueira, por mais doze dias, na 1115ª Sessão Ordinária, realizada no dia 06 de novembro de 2013.

- O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a concessão de licença para tratamento de saúde ao Promotor de Justiça Cláudio Bastos Lopes, por trinta dias, na 1118ª Sessão Ordinária, realizada no dia 04 de dezembro de 2013.

#### 1.2. Editais Publicados

- Publicação de **90 (noventa) editais**, assim distribuídos:



- **27 (vinte e sete) editais de promoção, pelo critério de antiguidade**, sendo 21 (vinte e um) para entrância intermediária e 6 (seis) para entrância final.
- **13 (treze) editais de remoção por antiguidade/promoção por merecimento**, sendo 10 (dez) para entrância intermediária e 3 (três) para entrância final.
- **13 (treze) editais de remoção por merecimento/promoção por merecimento**, sendo 10 (dez) para entrância intermediária e 3 (três) para entrância final.
- **17 (dezesete) editais de remoção por antiguidade, pelo critério de merecimento**, todos para entrância inicial.
- **17 (dezesete) editais de remoção por merecimento, pelo critério de merecimento**, todos para entrância inicial.
- **1 (um) edital de composição da lista tríplice** para o provimento de uma das vagas destinadas ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público.
- **1 (um) edital de remoção por permuta.**
- **1 (um) edital de homologação do resultado final do concurso de provimento para o cargo de Promotor de Justiça do Estado do Piauí.**

### 1.3. Promoções

- Ocorreram 15 (quinze) promoções, assim distribuídas:

- Entrância final: 9 (nove) promoções, pelo critério de antiguidade e 2 (duas) promoções, pelo critério de merecimento.
- Entrância intermediária: 4 (quatro) promoções, pelo critério de antiguidade.

### 1.4. Remoções

- Ocorreram 21 (vinte e uma) remoções, assim distribuídas:

- Entrância final: 2 (duas) remoções por antiguidade e 5 (cinco) remoções por merecimento.
- Entrância intermediária: 6 (seis) remoções por antiguidade e 5 (cinco) remoções por merecimento.
- Entrância inicial: 2 (duas) remoções por antiguidade.
- Permuta: 1 remoção por permuta.

### 1.5 Processos Administrativos Disciplinares

- PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 021/2012, INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 061/2012-CGMP/PI. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Finalidade: Apurar supostas faltas e infrações perpetradas por Promotora de Justiça. **Relator: Conselheiro Aristides Silva Pinheiro. Revisora: Conselheira Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** DECISÃO: O EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, DECIDIU PELA EXTINÇÃO DO PAD, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, E CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO, NA 1090ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2013.
- PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 017/2012, INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 50/2012-CGMP/PI. ORIGEM: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. FINALIDADE: APURAR POSSÍVEIS FALTAS E INFRAÇÕES PERPETRADAS PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA J. P. D. S. RELATOR: DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO. REVISORA: DRA. RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO. DECISÃO: O EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, POR MAIORIA, DECIDIU PELA EXTINÇÃO DO PAD, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, E CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO, NA 1096ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2013.
- PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 015/2012, INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 039/2012-CGMP/PI. ORIGEM: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. FINALIDADE: ELUCIDAR SUPOSTAS INFRAÇÕES PERPETRADAS PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA F. R. N. **RELATORA: CONSELHEIRA RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO. REVISOR: CONSELHEIRO HOSAÍAS MATOS DE OLIVEIRA.** DECISÃO: O EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, DECIDIU PELA ABSOLVIÇÃO DO PROCESSADO E CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.

- PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 016/2012, INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 42/2012-CGMP/PI. Origem: Portaria nº 42/2012 – CGMP/PI. Assunto: Apurar possíveis supostas faltas e infrações perpetradas pelo Promotor de Justiça J. P. D. S. **Relator: Conselheiro Luís Francisco Ribeiro. Revisora: Conselheira Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** DECISÃO: O EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, RECONHECEU A PRESCRIÇÃO E DECLAROU A EXTINÇÃO DO PAD, NA 1106ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2013.